

ANO 3 - Nº 6
fevereiro 2002

REFLEXÃO

DIÁLOGO SOBRE A ÉTICA

INSTITUTO
ETHOS

EMPRESAS E
RESPONSABILIDADE
SOCIAL
BUSINESS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY

APRESENTAÇÃO

A presente edição de Instituto Ethos Reflexão expõe inquietações de dois autores quanto aos princípios que regem o comportamento ético.

Por um lado, Mons. Carlo Maria Martini busca compreender a origem do comportamento ético que prescindir da crença em um “Mistério que transcende como fundamento de agir moral” e relata seu esforço para “captar nas expressões dos leigos algo que valha como razão profunda, e de algum modo absoluta, de seu agir moral”.

De outro, Umberto Eco, ateu por opção, atribui ao reconhecimento do “outro”, aquele cujo olhar nos dá forma e identidade, como a base para o comportamento ético.

A submissão a um valor absoluto não privou de delitos e culpas aqueles que crêem. O conceito de “outro” restrito a comunidades, etnias, castas, classes ou crenças, talvez venha redimindo a consciência de crentes e não-crentes.

A ampliação do “outro” para além de limites próximos, o reconhecimento de sua importância e a “necessidade de respeitar nele aquelas exigências que para nós são inabdicáveis” resulta de um longo e conflituoso percurso.

Entre avanços e retrocessos, o diálogo aponta a esperança de construir para o comportamento ético uma base sólida o bastante para guiar o adequado e coibir o inaceitável. Longe de encerrar a busca, o texto apresentado se constitui enquanto reflexão e talvez um convite. Boa leitura!

ONDE O LEIGO ENCONTRA A LUZ DO BEM?

Caro Eco,

eis-me com a pergunta que tinha em mente fazer-lhe já na última carta e que já lhe havia antecipado. Ela refere-se ao fundamento último da ética para um leigo, no quadro “pós-moderno”. Ou seja, concretamente: em que se baseia a certeza e imperatividade de seu agir moral que não pretende fazer apelo, para fundar o absolutismo de uma ética, a princípios *metafísicos* ou, de qualquer modo, a valores transcendentes e sequer a *imperativos categóricos* universalmente válidos? Em palavras mais simples (pois alguns leitores lamentaram-se comigo de que os nossos diálogos são demasiado difíceis), que razões dão para seu agir aqueles que pretendem afirmar e professar princípios morais que podem exigir o sacrifício da vida, mas não reconhecem um Deus pessoal? Ou ainda: como posso chegar, prescindindo do apelo a um Absoluto, a dizer que não devo realizar certas ações de modo algum, a preço nenhum e que outras, no entanto, devem ser realizadas custe o que custar? Certo, existem leis, mas por que podem obrigar, mesmo ao preço da própria vida?

É sobre estas e outras interrogações semelhantes que gostaria de discutir com o senhor.

Certamente, eu gostaria muito que todos os homens e as mulheres deste mundo, mesmo aqueles que não crêem em Deus, tivessem claros fundamentos éticos para operar com retidão e agissem em conformidade com eles. Estou convencido também de que existem não poucas pessoas que agem com retidão, pelo menos nas circunstâncias ordinárias da vida, sem fazer referência a um fundamento religioso da existência humana. Sei igualmente que existem pessoas que, mesmo sem acreditar em um Deus pessoal, chegaram a dar a própria vida para não se desviarem de suas convicções morais. Mas não consigo compreender que justificativa última dão para o seu agir.

É claro e óbvio que uma ética “laica” também pode encontrar e reconhecer, de fato, valores e normas válidos para uma reta convivência humana. Com efeito, é assim que nascem muitas legislações modernas. Mas para que a fundação destes valores não sofra confusão ou incerteza, sobretudo nos casos-limite, e não seja compreendida simplesmente como costume, convenção, uso, comportamento funcional ou útil ou necessidade social, mas assuma o

valor de um absoluto moral propriamente dito, é necessária uma fundamentação que não esteja ligada a nenhum princípio mutável ou negociável.

E isto sobretudo quando não estamos mais no território das leis civis ou penais, mas andamos além e entramos na esfera das relações interpessoais, das responsabilidades que cada um tem em relação a seu próximo mais além de uma lei escrita, na esfera da gratuidade e da solidariedade.

Ao interrogar sobre a insuficiência de uma fundamentação puramente humanista, não gostaria de perturbar a consciência de ninguém, mas apenas tentar compreender que coisa acontece por dentro, no nível das razões de fundo, também para que possa promover uma colaboração mais intensa sobre temas éticos entre crentes e não-crentes.

É sabido, de fato, que entre as grandes religiões está sendo trilhado um caminho comum de diálogo e de confronto, ainda em seus primórdios, para a afirmação de princípios éticos compartilhados por todos. Deste modo, pretende-se não apenas extirpar as raízes de qualquer contenda religiosa entre povos, mas também servir de maneira mais eficaz à promoção do homem. Mas mesmo com todas as dificuldades históricas e culturais que tal diálogo comporta, isso está se tornando possível pelo fato de que todas as religiões têm, embora em modalidades diversas, um Mistério transcendente como fundamento de um agir moral. Assim, conseguiu-se individuar uma série de princípios gerais e de normas de comportamento em que cada religião pode se reconhecer e com os quais pode cooperar em um esforço comum, sem renegar nenhuma de suas crenças. Efetivamente, “a religião pode fundamentar de maneira inequívoca porque a moral, as normas e os

valores éticos devem vincular incondicionalmente (e não apenas quando é cômodo) e, portanto, universalmente (para todas as linhagens, classes e raças). O humano é mantido exatamente porque é concebido como fundado no divino. Tornou-se claro que somente o incondicionado pode obrigar de maneira absoluta, somente o Absoluto pode vincular de maneira absoluta” (Hans Küng, *Progetto per un'etica mondiale*, Milão, Rizzoli, 1991, p. 116).

Seria possível um diálogo semelhante, sobre temas éticos, também na relação entre crentes e não-crentes, em particular entre católicos e leigos? Tenho me esforçado para captar nas expressões de alguns leigos algo que valha como razão profunda, e de algum modo absoluta, de seu agir moral. Por exemplo, muito me interessou a razão que alguns usam para fundamentar o dever da proximidade e da solidariedade, mesmo sem recorrer a um Deus Pai e Criador de todos e a Jesus Cristo nosso irmão. Parece-me que eles se exprimem mais ou menos assim: o outro está em nós! Está em nós distinguir o modo como o tratamos, pelo fato de o amarmos, odiarmos ou de que nos seja indiferente.

Parece-me que para uma parte do pensamento laico este conceito do outro em nós revela-se como a fundação essencial de qualquer idéia de solidariedade. Isso me toca muito, sobretudo quando o vejo funcionar na prática para estimular obras de solidariedade até mesmo para com o distante, o estrangeiro.

Toca-me também porque, à luz das reflexões crentes de São Paulo sobre o único Corpo do qual todos somos membros (cfr. I Carta aos Coríntios cap. 12 e Carta aos Romanos, cap. 12,), ele assume um forte realismo e pode ser lido em uma chave de fé cristã. Mas eu me pergunto justamente se a leitura laica, que não tem essa justificativa de fundo, tem uma força de convicção ineludível e pode sustentar, por exemplo, o perdão aos inimigos. De fato, parece-me que, sem o exemplo de Jesus Cristo que da cruz perdoou a seus crucificadores, mesmo as tradições religiosas se encontrariam em dificuldade sobre este último ponto. O que dizer então de uma ética laica?

Reconheço, portanto, que existem muitas pessoas que agem de maneira eticamente correta e que muitas vezes realizam atos de elevado altruísmo sem ter ou dar-se conta de ter um fundamento transcendente para seu agir, sem ter como referência nem um Deus criador, nem o anúncio do Reino de Deus com suas conseqüências éticas, nem a morte, a ressurreição de Jesus Cristo e o dom do Espírito Santo, nem sua promessa de vida eterna: com efeito, é deste realismo que eu deduzo a força daquelas convicções éticas que gostaria, em minha debilidade, que fossem sempre a luz e a força de meu agir. Mas quem não faz referência a estes ou a princípios análogos, onde encontra a luz e a força para operar o bem não apenas em circunstâncias fáceis, mas também naquelas que colocam as forças humanas à prova até seu limite e, sobretudo, naquelas que as colocam diante da própria morte? Por que o altruísmo, a sinceridade, o respeito pelos outros, o perdão dos inimigos são sempre um bem e devem ser preferidos, mesmo ao preço da própria vida, a comportamentos contrários? E como fazer para decidir com certeza, nos casos concretos, o que é altruísmo e o

que não é? E se não há uma grande justificativa última e sempre válida para tais comportamentos, como é praticamente possível que estes sejam sempre prevalentes, que sejam sempre vencedores? Se mesmo aqueles que dispõem de argumentos fortes para um comportamento ético têm dificuldades para agir em conformidade com eles, o que dizer daqueles que só dispõem de argumentos fracos, incertos e vacilantes?

Tenho dificuldades para enxergar como uma existência inspirada nestas normas (altruísmo, sinceridade, justiça, solidariedade, perdão) pode sustentar-se a longo prazo e em qualquer circunstância se o valor absoluto da norma moral não está fundado em princípios metafísicos ou em um Deus pessoal.

É muito importante que exista um terreno comum a leigos e crentes no plano da ética, para que possam trabalhar juntos para a promoção do homem, para a justiça e para a paz. É óbvio que o apelo à dignidade humana é um princípio que funda um sentir e um operar comuns: nunca usar o outro como instrumento, respeitar em qualquer caso e sempre a sua inviolabilidade, considerar sempre cada pessoa como realidade indisponível e intangível. Mas aqui também, a um certo ponto, pode-se perguntar qual seria a justificativa última destes princípios. O que funda, de fato, a dignidade humana senão o fato de que cada ser humano é uma pessoa aberta para algo de mais alto e maior do que ela própria? Só assim se

pode impedir que ela fique circunscrita a termos intramundanos e garantir-lhe uma indisponibilidade que nada pode colocar em questão.

Tenho, portanto, muita vontade de aprofundar tudo o que possa permitir uma ação comum entre crentes e não-crentes no plano da promoção da pessoa. Mas sei também que, quando não há acordos sobre os princípios últimos, antes ou depois, em particular quando se trata de casos-limite e problemas fronteiros, sucede algo que mostra que existem divergências de fundo. A colaboração torna-se, então, mais difícil e muitas vezes emergem juízos éticos contrastantes sobre pontos nodais da vida e da morte.

Como fazer então? Proceder juntos com modéstia e humildade sobre os pontos em que há acordo, esperando que não surjam razões de diferença e atrito? Ou buscar, juntos, aprofundar as razões pelas quais há efetivamente acordo sobre pontos gerais — por exemplo sobre os temas da justiça, da paz, da dignidade humana — de modo

que atinja as razões não-ditas que estão por trás das escolhas cotidianas e nas quais se revela, nesse momento, a não coincidência de fundo, ou, talvez, a possibilidade de ir além de ceticismos e agnosticismos, em direção a um “Mistério” no qual confiar, pois deste confiar nasce também a possibilidade de fundar um agir comum para um mundo mais humano?

É sobre este tema apaixonante que gostaria de ter suas reflexões. De fato, a discussão de problemas éticos particulares leva sempre, no final, às perguntas sobre os fundamentos. Parece-me, portanto, que vale a pena interrogar-se também sobre temas como este para trazer ao menos um pouco de clareza sobre aquilo que cada um pensa e para compreender melhor o ponto de vista do outro.

Carlo Maria Martini
janeiro de 1996

QUANDO O OUTRO ENTRA EM CENA, NASCE A ÉTICA

Caro Martini,

sua carta tirou-me de grave embaraço, para colocar-me em outro de igual gravidade. Até agora tenho sido eu (e não por decisão minha) a abrir a discussão, e quem fala primeiro fatalmente interroga, esperando que o outro responda. Daí meu embaraço, ao sentir-me inquisitório. E muito apreciei a decisão e humildade com que o senhor, por três vezes, desafiou a lenda de que os jesuítas responderiam sempre a uma pergunta com outra pergunta.

Agora, porém, sinto-me embaraçado para responder a sua pergunta, pois minha resposta seria significativa se eu tivesse tido uma educação laica e, pelo contrário, tive uma forte influência católica até (para assinalar o momento de uma ruptura) os vinte e dois anos. A perspectiva laica não foi para mim uma herança absorvida passivamente, mas o fruto, muito sofrido, de uma longa e lenta mutação, e não estou certo de que algumas de minhas convicções morais não dependam ainda de uma influência religiosa que marcou minhas origens. Hoje, já em idade avançada, vi (em uma universidade católica estrangeira que tem em seus quadros professores de formação

laica e deles exige, no máximo, manifestações de respeito formal no curso dos rituais religioso-acadêmicos) alguns de meus colegas chegarem aos sacramentos sem que acreditassem na “presença real” e, portanto, sem que tivessem sequer se confessado. Com um frêmito, depois de tantos anos, adverti ainda o horror do sacrilégio.

Todavia, creio poder dizer em que fundamentos se baseia, hoje, minha “religiosidade laica” — porque acredito firmemente que existem formas de religiosidade, e logo sentido do sagrado, do limite, da interrogação e da espera, da comunhão com algo que nos supera, mesmo na ausência da fé em uma divindade pessoal e providente. Mas isso, posso percebê-lo em sua carta, o senhor também sabe. O que o senhor tem se perguntado é o que há de vinculante, arrebatador e irrenunciável nestas formas de ética.

Gostaria de tomar as coisas a distância. Certos problemas éticos tornam-se mais claros para mim ao refletir sobre alguns problemas semânticos — e não se preocu-

pe se alguns dizem que falamos difícil: eles poderiam ter sido encorajados a pensar fácil demais pela “revelação” da mídia, previsível por definição. Que aprendam a pensar difícil, pois nem o mistério, nem a evidência são fáceis.

Meu problema era se existem “universais semânticos”, ou seja, noções elementares comuns a toda a espécie humana que podem ser expressas por todas as línguas. Problema não tão óbvio, no momento em que sabemos que muitas culturas não reconhecem noções que para nós parecem evidentes: por exemplo, a da substância a que pertencem certas propriedades (como quando dizemos “a maçã é vermelha”) ou a de identidade ($a = a$). Estou, no entanto, convencido de que certamente existem noções comuns a todas as culturas, e que todas elas referem-se às posições de nosso corpo no espaço.

Somos animais de postura ereta, por isso é cansativo permanecer muito tempo de cabeça para baixo e, portanto, temos uma noção comum de alto e baixo, tendendo a privilegiar o primeiro sobre o segundo. Igualmente temos noções de direita e esquerda, do estar parado e do caminhar, do estar em pé ou deitado, do arrastar-se e do saltar, da vigília e do sono. Como todos temos membros, sabemos o que significa bater em uma matéria resistente penetrar em uma substância mole ou líquida, esmagar, tamborilar, amassar, chutar, talvez até dançar. A lista poderia continuar indefinidamente e compreender o ver, o ouvir, comer ou beber, ingurgitar ou expelir. E certamente todo homem tem noção do que significa perceber, recordar, sentir desejo, medo, tristeza ou alívio, prazer ou dor, e emitir sons que exprimam estes sentimentos. Portanto (e já entramos na esfera do direito), temos concepções universais acerca do constrangimento: não

desejamos que alguém nos impeça de falar, ver, ouvir, dormir, engolir ou expelir, ir aonde quisermos; sofremos se alguém nos amarra ou mantém segregados, nos bate, fere ou mata, nos sujeita a torturas físicas ou psíquicas que diminuam ou anulem nossa capacidade de pensar.

Notemos que até agora coloquei em cena apenas uma espécie de Adão bestial e solitário, que ainda não sabe o que seja a relação sexual, o prazer do diálogo, o amor pelos filhos, a dor da perda de uma pessoa amada; mas nessa fase, pelo menos para nós (se não para ele ou ela), esta semântica já se transformou em base de uma ética: devemos, antes de tudo, respeitar o direito da corporalidade do outro, entre os quais o direito de falar e de pensar. Se nossos semelhantes tivessem respeitado esses “direitos do corpo” não teríamos tido o massacre dos Inocentes, os cristãos no circo, a noite de São Bartolomeu, a fogueira para os hereges, os campos de extermínio, a censura, as crianças nas minas, os estupros na Bósnia.

Mas como é que, mesmo elaborando de imediato seu repertório instintivo de noções universais, o/a besta — toda estupor e ferocidade — poderia chegar a compreender que deseja fazer certas coisas e que não deseja que lhe façam outras, e também que não deveria fazer aos outros o que não quer que façam a si mesmo? Porque, felizmente, o Éden populou-se rapidamente. A dimensão ética começa quando entra em cena o outro. Toda lei, moral ou jurídica, regula relações interpessoais, inclusive aquelas com um Outro que a impõe.

Também o senhor atribui ao leigo virtuoso a convicção de que o outro está em nós. Não se trata, porém, de uma

vaga propensão sentimental, mas de uma condição fundadora.

Assim como ensinam mesmo as mais laicas entre as ciências, é o outro, é seu olhar, que nos define e nos forma.

Nós (assim como não conseguimos viver sem comer ou sem dormir) não conseguimos compreender quem somos sem o olhar e a resposta do outro.

Mesmo quem mata, estupra, rouba, espanca, o faz em momentos excepcionais, e pelo resto da vida lá estará a mendigar aprovação, amor, respeito, elogios de seus semelhantes. E mesmo àqueles a quem humilha ele pede o reconhecimento do medo e da submissão. Na falta desse reconhecimento, o recém-nascido abandonado na floresta não se humaniza (ou, como Tarzan, busca o outro a qualquer custo no rosto de uma macaca), e poderíamos morrer ou enlouquecer se vivêssemos em uma comunidade na qual, sistematicamente, todos tivessem decidido não nos olhar jamais ou comportar-se como se não existíssemos.

Como então houve ou há culturas que aprovam o massacre, o canibalismo, a humilhação do corpo de outrem? Simplesmente porque estas culturas restringem o conceito de “outros” à comunidade tribal (ou à etnia) e consideram os “bárbaros” como seres desumanos; e também

os cruzados não sentiam os infiéis como um próximo que devesse ser tão amado assim. É que o reconhecimento do papel dos outros, a necessidade de respeitar neles aquelas exigências que para nós são inabdicáveis é produto de um crescimento milenar. Até mesmo o mandamento cristão do amor foi enunciado e aceito (com dificuldade) apenas quando os tempos estavam maduros para tal.

Mas o senhor pergunta: essa consciência da importância do outro é suficiente para fornecer-me uma base absoluta, um fundamento imutável para um comportamento ético? Bastaria que eu respondesse que também aqueles que o senhor define como “fundamentos absolutos” não impedem que muitos fiéis pequem sabendo que o fazem, e o discurso acabaria aqui: a tentação do mal também está presente em quem tem uma noção fundamentada e revelada do bem. Mas gostaria de contar-lhe duas anedotas que muito me fizeram pensar.

Uma refere-se a um escritor — que se proclama católico, embora *sui generis* — cujo nome não cito apenas porque disse o que vou contar em uma conversa particular e eu não sou nenhum sicofanta. Foi no tempo de João XXIII e meu velho amigo, celebrando entusiasmadamente suas virtudes, disse (com evidente intenção paradoxal): “João XXIII deve ser ateu. Só quem não acredita em Deus pode querer tão bem a seus semelhantes!”. Como todos os paradoxos, este também continha seu grão de verdade: sem pensar no ateu (figura cuja psicologia me escapa, porque kantianamente não vejo como é possível não acreditar em Deus e considerar que não se pode comprovar Sua existência, e depois acreditar firmemente na inexistência de Deus, pen-

sando poder prová-Lo), parece-me evidente que uma pessoa que nunca teve a experiência da transcendência, ou perdeu-a, pode dar um sentido à própria vida e à própria morte, pode sentir-se confortado só com o amor pelos outros, com a tentativa de garantir a alguém uma vida vivível, mesmo depois que ele mesmo já tenha desaparecido. É verdade que há quem não creia e não se preocupe em dar um sentido à própria morte, mas há também quem afirme crer e, no entanto, seja capaz de arrancar o coração de uma criança para garantir sua própria vida. A força de uma ética julga-se através do comportamento dos santos, não dos insipientes *cuius deus venter est*.

E passo à segunda anedota. Eu ainda era um jovem católico de dezesseis anos e aconteceu de empenhar-me em um duelo verbal com um conhecido mais velho que eu e tido como “comunista”, no sentido que tinha esse vocábulo nos terríveis anos 50. E como ele me provocasse, fiz-lhe a seguinte pergunta decisiva: como podia, ele, um incrédulo, dar um sentido àquela coisa tão insensata que seria a própria morte. E ele respondeu-me: “Pedindo antes de morrer um funeral civil. Assim, já não estarei presente, mas terei deixado aos outros um exemplo”. Creio que também o senhor pode admirar a fé profunda na continuidade da vida, o sentido absoluto do dever que animava aquela resposta. E foi este sentido que levou muitos incrédulos a morrer sob tortura para não traír os amigos, outros a infectar-se com a peste por cuidar dos infectados. Essa é, até hoje, a única coisa que leva um filósofo a filosofar, um escritor a escrever: deixar uma mensagem na garrafa porque, de alguma maneira, aqueles que virão poderão acreditar ou achar belo aquilo em que ele acreditou ou que achou belo.

Este sentimento tão forte justificaria, realmente, uma ética tão determinada e inflexível, tão solidamente fundamentada quanto a dos que crêem na moral, na sobrevivência da alma, nos prêmios e nos castigos? Tentei basear os princípios de uma ética laica em um fato natural (e, como tal, também para o senhor, resultado de um projeto divino) como a nossa corporalidade e a idéia de que só sabemos instintivamente que temos uma alma (ou algo que exerce tal função) em virtude da presença do outro. Surge daí que aquela que eu defini como ética laica é, no fundo, uma ética natural, que os crentes também não desconhecem. O instinto natural, levado à devida maturação e autoconsciência, não é um fundamento que dê garantias suficientes? É verdade que se pode pensar que não é estímulo suficiente para a virtude: “assim”, pode dizer quem não crê, “ninguém saberá do mal que estou fazendo secretamente”.

Mas pense bem, quem não crê não considera que alguém o observa lá do alto e sabe, portanto, que — exatamente por isso — também não há Alguém que o possa perdoar. Se sabe ter feito o mal, sua solidão não conhecerá limites e sua morte será desesperada.

Tentará antes, mais que o crente, a purificação da confissão pública, pedirá perdão aos outros. Isto ele o sabe no íntimo de suas fibras e, portanto, terá que perdoar antecipadamente aos outros. Senão como poderíamos

explicar que o remorso seja um sentimento que mesmo os incrédulos experimentam?

Não gostaria que se instaurasse uma oposição seca entre quem acredita em Deus transcendente e quem não crê em nenhum princípio supra-individual. Gostaria de recordar que era dedicado justamente à *Ética*, o grande livro de Spinoza que começa com uma definição de Deus como causa de si mesmo. Salvo que esta divindade spinozana, bem o sabemos, não é nem transcendente nem pessoal: mesmo assim, também da visão de uma grande e única substância cósmica, na qual um dia seremos todos reabsorvidos, pode emergir uma visão da tolerância e da benevolência, exatamente porque é no equilíbrio e na harmonia da substância única que estamos todos interessados. E o estamos porque de alguma maneira acreditamos que é impossível que essa substância não tenha sido enriquecida ou deformada por aquilo que, durante milênios, estivemos fazendo. Assim, ousarei dizer (não é uma hipótese metafísica, é apenas uma tímida concessão à esperança que jamais nos abandona) que mesmo em tal perspectiva poderíamos recolocar o problema de alguma vida depois da morte. Hoje o universo eletrônico nos sugere que podem existir seqüências de mensagens que se transferem de um suporte físico a outro sem perder suas características inimitáveis, e parecem sobreviver como puro imaterial algoritmo no instante em que, abandonado o suporte, ainda não estão impressas em um outro. E quem sabe a morte, mais que implosão, não é explosão e selo, em algum lugar entre os vórtices do universo, do software (que outros chamam de alma”) que elaboramos vivendo, feito também de recordações e remorsos pessoais e, portanto, de sofrimento insanável ou senso de paz pelo dever cumprido, e amor:

Mas o senhor diz que, sem o exemplo e a palavra de Cristo, qualquer ética laica careceria de uma justificativa de fundo que tenha uma força de convicção ineludível. Por que retirar do leigo o direito de valer-se do exemplo do Cristo que perdoa? Procure, Carlo Maria Martini, para o bem da discussão e do confronto em que acredita, aceitar, mesmo que por um só instante, a hipótese de que Deus não exista: que o homem, por um erro desajeitado do acaso, tenha surgido na Terra entregue a sua condição de mortal e, como se não bastasse, condenado a ter consciência disso e, portanto, que seja imperfeitíssimo entre os animais (e permita-me o tom leopardino dessa hipótese). Este homem, para encontrar coragem para esperar a morte, tornou-se forçosamente um animal religioso, aspirando construir narrativas capazes de fonecer-lhe uma explicação e um modelo, uma imagem exemplar. E entre tantas que consegue imaginar — algumas fulgurantes, outras terríveis, outras ainda pateticamente consoladoras — chegando à plenitude dos tempos, tem, em um momento determinado, a força religiosa, moral e poética de conceber o modelo do Cristo, do amor universal, do perdão aos inimigos, da vida oferta em holocausto pela salvação do outro. Se eu fosse um viajante proveniente de galáxias distantes e me visse diante de uma espécie que soube propor tal modelo, admiraria, subjugado, tanta energia teogônica e julgaria redimida esta espécie miserável e infame, que tantos horrores cometeu, apenas pelo fato de que conseguiu desejar e acreditar que tal seja a verdade.

Abandone agora também a hipótese e deixe-a para os outros: mas admita que, se Cristo fosse realmente apenas o sujeito de um conto, o fato de que esse conto tenha sido imaginado e desejado por bípedes implumes que sabem

apenas que não sabem, seria tão milagroso (milagrosamente misterioso) quanto o fato de que o filho de um Deus real tenha realmente encarnado. Este mistério natural e terreno não cessaria de perturbar e adoçar o coração de quem não crê.

Por isso, considero que, nos pontos fundamentais, uma ética natural — respeitada na profunda religiosidade que a anima — pode ir ao encontro dos princípios de uma ética baseada na fé na transcendência, a qual não pode deixar de reconhecer que os princípios naturais foram esculpidos em nosso coração com base em um programa de salvação. Se restam, como certamente hão de restar, margens não-superáveis, não ocorre diversamente no encontro entre religiões diversas. E nos conflitos de fé devem prevalecer a Caridade e a Prudência.

Umberto Eco

janeiro de 1996

INSTITUTO
ETHOS

EMPRESAS E
RESPONSABILIDADE
SOCIAL

BUSINESS AND SOCIAL
RESPONSIBILITY

www.ethos.org.br